

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2019**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2019**  
**TIPO: MAIOR OFERTA**  
**ABERTURA: 07/10/2019**  
**HORÁRIO: Às 09h00**  
**LOCAL: Praça Leonardo Sell, nº 40, Centro, Rancho – SC.**

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

### **1 - PREÂMBULO**

1.1 A Prefeitura de Rancho Queimado torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta a Licitação Pública, sob a modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo “MAIOR OFERTA”, para a **“CESSÃO DE DIREITO DE USO ONEROSA PARA A UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DAS DEPENDÊNCIAS IDENTIFICADAS COMO BAR, LANCHONETE E QUADRA ESPORTIVA, ALOCADAS NO GINÁSIO DE ESPORTES LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL S/N, LOCALIDADE DE MATO FRANCÊS, NESTA CIDADE DE RANCHO QUEIMADO/SC**, de acordo com a Lei Municipal 1745/2019”. Os envelopes contendo a documentação e as propostas serão recebidas no **dia 7 de outubro de 2019, às 09:00 horas**, e serão abertas na mesma data e hora pela Comissão Permanente de Licitação.

1.2 Este procedimento licitatório está vinculado ao Processo Licitatório nº 67/2019 – Concorrência Pública nº 01/2019 expedido pelo setor de Licitações e Contratos.

1.3 As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicada em Diário Oficial dos Municípios e divulgada por meio eletrônico na internet, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 Este edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público, ou anulado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.5 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos no endereço: Praça Leonardo Sell, nº 40, Centro, Rancho Queimado – SC ou pelo telefone (48) 3275-3108 das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas.

### **2 – DO OBJETO:**

A presente licitação na modalidade de Concorrência tem por objeto a **“CESSÃO DE DIREITO DE USO ONEROSA PARA A UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DAS DEPENDÊNCIAS IDENTIFICADAS COMO BAR, LANCHONETE E QUADRA ESPORTIVA, ALOCADAS NO GINÁSIO DE ESPORTES LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL S/N, LOCALIDADE DE MATO FRANCÊS, NESTA CIDADE DE RANCHO QUEIMADO/SC**, de acordo com a Lei Municipal 1745/2019”.

- 2.1. O bem público a ser concedido será destinado a exploração econômica das dependências identificadas como bar, lanchonete e quadra esportiva pelo licitante vencedor, conforme pré-definido no Termo de Referência (Anexo I) deste edital;
- 2.2. A concessão de uso do bem público será pelo período até 31 de Dezembro de 2019, podendo ser prorrogada nos termos do Art.57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 2.3. O valor mensal da outorga para concessão será de, no mínimo, R\$ 200,00 (duzentos reais).

### **3. AQUISIÇÃO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

3.1 O edital encontra-se à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Rancho Queimado: [www.rq.sc.gov.br](http://www.rq.sc.gov.br)

3.2 As solicitações de esclarecimentos, de providências ou as impugnações do presente edital deverão ser protocoladas na Prefeitura Municipal até às 17 horas do dia 01/10/2019, junto ao Setor de Protocolo ou encaminhadas para o e-mail: [licitações@ranchoqueimado.sc.gov.br](mailto:licitações@ranchoqueimado.sc.gov.br). Quando encaminhadas por e-mail, somente terão validade após confirmação de recebimento por servidor do Setor de Licitações.

3.3 Caberá a comissão responder, dentro de 3 (três) dias úteis do seu recebimento, as impugnações e pedidos de esclarecimentos formulados tempestivamente, com encaminhamento de cópia da resposta a todos os interessados.

3.4 No caso de ausência da solicitação, pressupõe-se que os elementos constantes neste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente qualquer reclamação.

3.5 Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

### **4. ENDEREÇO DO BEM**

4.1 O ginásio de esportes está localizado na Estrada Geral, s/n, localidade de Mato Francês, nesta cidade de Rancho Queimado/SC.

### **5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

5.1 O julgamento do presente pregão será feito pelo critério de MAIOR OFERTA.

### **6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

6.1 Não poderão participar desta licitação:

- a) Empresas de que trata o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Empresas suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento e as declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração pública federal, estadual ou municipal;
- c) Empresas em estado de falência ou concordata;
- d) Consórcios;

6.2 A apresentação da proposta significará que o licitante tomou conhecimento de todas as informações que julgou necessárias à sua participação, que examinou o conteúdo do edital e seus Anexos e os encontrou corretos, e que aceita, integral e irrevogavelmente os seus termos.

6.3 O licitante vencedor obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de acordo com o art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.4 A participação na licitação importa total e irrestrita submissão das proponentes às condições deste edital.

## **7. CREDENCIAMENTO**

7.1 - O representante legal da licitante deverá apresentar-se ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta Tomada de Preço, munido da sua carteira de identidade ou de outra equivalente, do Contrato Social ou Estatuto e instrumento público de procuração ou instrumento particular ou a carta de credenciamento, conforme Anexo VIII, que lhe dê poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” relativos a esta Tomada de Preço, com uma cópia para o processo;

7.1.1 - O documento de credenciamento (Anexo VIII) deverá ser apresentado com firma reconhecida ou juntamente com documento original de identificação com foto do assinante - e sua respectiva cópia - para que membro da Comissão faça a conferência da assinatura;

7.2 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, deverá apresentar o respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis, que fará parte dos autos, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com a apresentação da carteira de identidade ou equivalente (com foto);

7.3 - Os documentos de credenciamento do representante serão entregues em separado e NÃO DEVEM ser colocados dentro de nenhum dos Envelopes, quer seja o de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ou de PROPOSTA COMERCIAL;

7.4 - A falta de apresentação ou incorreção do credenciamento não inabilitará a licitante, mas obstará o representante de se manifestar e responder pela mesma.

## **8 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:**

8.1. Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente, como de nº. 1 e nº. 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019.**

**REMETENTE:**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA****MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019.****REMETENTE:****RAZÃO SOCIAL:****CNPJ:****ENDEREÇO:****TELEFONE:****9 - DA HABILITAÇÃO:**

9.1. Para habilitação na presente licitação será exigida comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, conforme discriminado abaixo, apresentados em envelope fechado e devidamente lacrado, indevassável, trazendo em seu exterior os dizeres de identificação da licitante e aqueles pré-estabelecidos nesta concorrência.

9.2. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, mediante publicação em órgão da Imprensa Oficial ou autenticados pela Comissão de Licitações, devendo, preferencialmente serem relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste edital.

9.2.1. As cópias dos documentos sem autenticação poderão ser autenticadas pela Equipe de apoio, antes do início da sessão, mediante apresentação dos originais para conferência.

9.3. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor, sob pena de inabilitação do licitante. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar de sua expedição.

9.4. Os documentos emitidos via Internet poderão ser conferidos pela Comissão de Licitações.

9.5. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e preferencialmente com número do CNPJ e endereço respectivo. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

**10. Habilitação Jurídica:****10.1.) Conforme o caso, consistirá em:**

10.1.1.) Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.1.2.) Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado onde se situa a sede da licitante, no caso de ME/EPP.

10.1.3.) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.1.4.) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

11.1.) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.2.) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da união, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

11.3.) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Estadual.

- 11.4.) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Municipal da sede do Licitante.
- 11.5.) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 11.6.) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- 11.7.) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT – certidão negativa de débitos trabalhistas).

## **12. Qualificação Econômico-Financeira:**

12.1.) Certidão negativa de falência ou de concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, as certidões dos modelos "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser solicitadas tanto no sistema eproc quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade);

## **13. Declarações:**

13.1.) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93 (Anexo III).

13.2.) Declaração de Parentesco (Anexo IV) deste edital.

13.3.) Declaração de Idoneidade (Anexo V) deste edital;

10.4) Aquele que apresentar declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, além das sanções determinadas neste edital, estará suscetível as penas estabelecidas no art. 299 do Código Penal.

Quando a licitante se tratar de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), esta não fica isenta da apresentação de documentação acerca de sua regularidade fiscal, entretanto, caso houver alguma restrição, impropriedade ou pendência somente no tocante a essa documentação, a mesma poderá ser oportunamente regularizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do artigo 43, §1º da Lei Complementar 123/06.

**14. As pessoas físicas interessadas em participar deverão apresentar os seguintes documentos:**

- a) Cédula de Identidade (RG);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
- c) Certidão Negativa de débitos federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Certidão Negativa emitida pelo Estado relativo ao domicílio do Licitante, relativa a débitos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- f) Certidão negativa de Execução Patrimonial ou Ação Cível expedida pelo distribuidor da sede da pessoa física, (Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, as certidões dos modelos "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser solicitadas tanto no sistema eproc quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade).

- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A da CLT c/c o art. 29, Inciso V da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- h) Comprovante de residência - Se o mesmo não estiver em nome do licitante poderá comprovar sua residência através dos seguintes documentos:
- h.1) Contrato de aluguel;
- h.2) Certidão de nascimento se o comprovante estiver em nomes dos pais ou documento que comprove a filiação;
- i) Declaração onde conste a inexistência de parentesco. (Conforme Anexo V).
- j) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (Conforme Anexo III);

14.1 Os documentos deverão ser autenticados por cartório competente ou apresentados além das cópias, os documentos originais, para a conferência e autenticação, antes do certame, pela Comissão.

## **15 – DA PROPOSTA:**

15.1. O envelope nº. 02 deverá conter:

15.1.1 - A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, devidamente assinada, redigida na língua oficial deste país e preencher os seguintes requisitos:

15.1.1.1 - estar datilografada ou impressa em papel próprio da empresa licitante, sem rasura, emenda, entrelinha ou ressalva, constando razão social da licitante, nº do CNPJ, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), número da conta corrente, agência e respectivo banco;

15.1.2 - indicar o número desta Concorrência, bem como o dia da sua realização;

15.2 – Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

15.2.2 – Os preços unitários em algarismo e o preço global total algarismado e por extenso, em moeda brasileira, considerando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula; que o licitante pretende pagar ao Município de Rancho queimado/SC;

15.2.3 – Prazo de validade da proposta, no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação;

15.3. - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação e as propostas com valor mensal inferior ao limite estabelecido.

15.4 - O preço proposto compreende todas as despesas concernentes à execução do objeto, com fornecimento dos materiais, mão de obra, bem como encargos sociais, ferramental, equipamentos e assistência técnica, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes a especialidade e tributos e tudo mais necessário a perfeita e cabal execução do objeto deste edital.

15.5 - Após a entrega dos envelopes, não serão admitidas sob pretexto algum, modificações ou substituições da proposta ou de qualquer documento.

15.6 - É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

## **16 - DA ORDEM DOS TRABALHOS**

16.1. No dia, hora e local previsto no preâmbulo deste edital, será instalada a sessão para recepção dos envelopes HABILITAÇÃO E PROPOSTA, e dos seus respectivos julgamentos.

16.2. Os licitantes presentes serão ordenados e convidados, para a entrega dos envelopes, após a comprovação da regular representação.

16.3. Recebidos os envelopes Habilitação e Proposta, a Comissão procederá à abertura do 1º envelope (Habilitação), analisará e rubricará os elementos nele contidos. Se a comissão assim preferir, poderá dar o resultado da habilitação numa nova reunião que será marcada registrando-se na ata, ou emitindo-se aviso por escrito com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

16.4. A Comissão de Licitação somente procederá a abertura dos envelopes Proposta das licitantes confirmadas habilitadas, após o transcurso do prazo recursal ou havendo desistência expressa devidamente consignada em ATA;

16.5. No dia, hora e local fixado em ata ou por meio de publicação na imprensa oficial, quando do julgamento da HABILITAÇÃO, reunir-se-á a Comissão de Licitação e licitantes para proceder à abertura do envelope e julgamento da PROPOSTA.

16.6. Abertos os envelopes pertinentes à Proposta, a Comissão concederá vista de todos os documentos neles contidos para assinaturas ou rubricas obrigatórias pelos representantes dos Licitantes e pelos membros da Comissão de Licitação.

16.7. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não caberá desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

## **17. DO JULGAMENTO**

17.1. Somente serão abertos os envelopes de proposta após superada a fase de habilitação, com a sua decisão, a inexistência ou desistência de recurso ou decisão do recurso eventualmente proposto.

17.2. A cada etapa de abertura dos envelopes, a Presidente e os Membros da Comissão, bem como os representantes presentes, rubricarão o seu conteúdo.

17.3. Os trabalhos da Comissão de Licitação serão registrados em ata circunstanciada, alusiva aos assuntos tratados na reunião, registrando todos os fatos e ocorrências de interesse, a qual deverá ser assinada por membros da Comissão de Licitação e pelos representantes presentes.

17.4. As dúvidas que surgirem serão, à juízo da Comissão de Licitação, resolvidas na presença de todos os presentes ou deixadas para ulterior deliberação.

17.5. A comissão de licitação elaborará relatório final, com seu parecer, indicando a proposta considerada mais vantajosa para a Prefeitura de Rancho Queimado.

17.6. No julgamento das propostas será considerado vencedor o Concorrente que, apresentando a proposta de forma integral e de acordo com as especificações constantes da presente licitação, oferecer a MAIOR OFERTA.

17.7. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 da Lei nº. 8.666/93.

17.8. Em caso de empate de duas ou mais propostas, será obedecido ao disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº. 8.666/93.

17.9. Observado o disposto aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de empate entre duas ou mais propostas, a licitação será decidida por sorteio, de acordo com o Parágrafo 2º, do art. 45 da Lei nº. 8.666/93.

17.10. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação realizá-lo em conformidade com as normas legais previstas para a Concorrência Pública, com os critérios

previamente estabelecidos neste ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente aqui referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

17.11. Na hipótese de ocorrer a inabilitação de todas as licitantes ou a desclassificação de todas as propostas, fica facultado à Comissão Permanente de Licitações fixar o prazo de oito dias úteis para que estas apresentem nova documentação ou novas propostas, em conformidade com o estabelecido no artigo 48, § 3º, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

## **18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

18.1. Dos atos praticados pela Comissão de Licitação cabem recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

18.2. Os recursos contra a decisão de habilitação, inabilitação e julgamento das propostas terão efeito suspensivo. Nas hipóteses de recursos contra outros atos praticados pela Comissão de Licitação, caberá à autoridade competente, atribuir eficácia suspensiva ao recurso interposto, motivadamente e presentes razões de interesse público.

18.2.1 Os recursos e contrarrazões deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal junto ao Setor de Protocolo ou encaminhadas para o e-mail: licitações@ranchoqueimado.sc.gov.br. Quando encaminhadas por e-mail, somente terão validade após confirmação de recebimento por servidor do Setor de Licitações.

18.3. Na hipótese de recurso contra a decisão da Comissão, na fase de julgamento da habilitação, os envelopes contendo as propostas permanecerão cerrados em invólucro que será rubricado por todos os presentes na reunião, para posterior abertura, em data que será fixada pela Comissão de Licitação, o que fará constar em ata.

18.4. Os recursos serão dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, a qual poderá reconsiderar sua decisão e fazê-lo subir, devidamente informado.

18.5. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

## **19. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO**

19.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor para comparecer à Prefeitura Municipal para assinar o contrato, no prazo 5 (cinco) dias corridos sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

19.2 Os prazos de que tratam os itens anteriores poderão ser prorrogados uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso dos respectivos prazos.

19.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

## **20. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

20.1. A concessão do bem público será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos do Art.57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.



## **21 – DOS PAGAMENTOS:**

21.1. O licitante vencedor, deverá efetuar o primeiro pagamento referente a outorga do Termo de Concessão de Uso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de assinatura do termo contratual.

21.2. No que se refere a mensalidade, o licitante vencedor deverá retirar o boleto no setor de Tributos da Prefeitura e providenciar o pagamento até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente.

21.3. O valor mensal referente a concessão de uso será atualizado anualmente, tendo por data base a data de início do prazo da concessão onerosa, pela variação do IGP-M (FGV), ou na sua falta, por outro índice oficial de atualização monetária.

21.4. Em caso de atraso no pagamento da concessão mensal, incidirá multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e correção monetária.

21.5 Após o atraso de três meses no pagamento da concessão de uso, fica automaticamente rescindido o contrato de concessão onerosa do direito de uso, perdendo o concessionário qualquer direito de uso do espaço.

21.6. Considera-se atraso para efeitos deste edital e do contrato em anexo, o pagamento realizado no dia útil seguinte, ou posterior, ou a não realização do pagamento, na data do vencimento da concessão anual. Caso a data de vencimento da concessão anual caia em fim de semana ou feriado, considera-se a data de vencimento o dia útil imediatamente posterior.

## **22 - DAS PENALIDADES:**

22.1. Multa de 01 % (um por cento) por dia de atraso, limitado esta a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

22.2. Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

22.3. Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos);

22.4. A licitante contratada sujeitar-se-á a multa de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato, caso descumpra qualquer condição contratual ajustada, em especial quando:

22.4.1. Não se aparelhar convenientemente para a execução do objeto contratado;

22.4.2. Por qualquer modo impedir ou dificultar os trabalhos do órgão de fiscalização;

22.5. As multas, após o devido procedimento legal, serão recolhidas dentro do prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da correspondente notificação ou descontadas do pagamento, ou da garantia do contrato, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente;

22.6. As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

## **23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital;

23.2. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

23.3. Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora;

23.4. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;

23.5. A Prefeitura Municipal de Rancho Queimado não será responsável pelos fretes, transportes ou guarda de materiais, ferramentas, maquinário, ficando isto de inteira e única responsabilidade da empresa contratada para execução do objeto deste edital;

23.6 - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

23.7 - Documentos e certidões que não apresentem expressamente data de validade serão considerados como válidos até 60 (sessenta) dias a partir da data de emissão.

23.8 - Se os documentos citados no item 10 e 14 tiverem sido apresentados na fase do Credenciamento, não se faz necessária a reapresentação na fase de Habilitação.

**24. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:**

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Formulário Padrão de Propostas de Preços;
- c) ANEXO III - Modelos de Declaração de não emprego de menores de 18 anos;
- d) ANEXO IV - Modelo de Declaração de inexistência de parentesco;
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração de idoneidade;
- f) ANEXO VI - Modelo de Carta de Credenciamento;
- g) ANEXO VII – Minuta de Contrato.
- h) ANEXO VIII – Termo de Vistoria e Relatório Fotográfico.

Rancho Queimado, 04 de setembro de 2019.

---

Cleci Aparecida Veronezi  
Prefeita Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2019**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2019**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETIVO**

1.1. O presente instrumento tem por objetivo a exploração de todos os espaços do Ginásio de esportes da Comunidade de Mato Francês.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. O Ginásio é um espaço público, que é utilizado para projetos sociais pela escola municipal e pelos moradores da comunidade. Sendo que a cessão do espaço se justifica, pois o mesmo manterá o ginásio limpo e se encarregará de abrir e fechar o ginásio todos os dias. O contratado se responsabilizará pelos acontecimentos do estabelecimento durante sua utilização.

**3. PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de concessão será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art.57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

**4. OBRIGAÇÕES E DIREITOS**

4.1. O vencedor da licitação terá o direito de explorar economicamente o bar e cobrar o valor máximo de R\$100,00 (cem) reais por hora para a utilização da quadra por terceiro, podendo ser reajustado anualmente com a anuência da Prefeitura.

4.2. Também terá o direito a realização de torneios, festivais e campeonatos no ginásio com a anuência da prefeitura.

4.3. O vencedor da licitação terá o dever de conservar em perfeito estado os espaços físicos, além de responsabilizar-se pela segurança dos participantes e visitantes, bem como por toda a limpeza e manutenção do ginásio.

4.4. Retirar no Setor de Tributos da prefeitura os boletos e paga-los em dia. O vencimento será no dia 10 de cada mês subsequente.

4.5. Permitir a prefeitura a fiscalização e livre acesso ao ginásio.

4.6. Qualquer evento a ser realizado no ginásio deverá ter a anuência prévia da Prefeitura, devendo o vencedor da licitação informar e pedir autorização da Administração previamente a tais eventos.

4.7. O Município, durante o período da concessão, disporá do Ginásio para promoções de seus eventos legais, para fins de assistência social e educativos, práticas escolares dos alunos da rede municipal, pelo tempo necessário, e poderá permitir o uso do Ginásio, a título precário, a terceiros, quando presente o interesse público e mediante prévio agendamento, conforme o art. 4º da Lei Municipal 1745/2019.

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

5.1. O preço mínimo inicial para a exploração dos espaços do ginásio será de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais. Valor esse que será gerado um boleto mensal pelo Setor de Tributos da Prefeitura para posterior pagamento.

5.2. O Vencedor da licitação poderá cobrar, no máximo, R\$ 100,00 (cem reais) reais por horário de utilização do período noturno, e o mesmo só poderá ser reajustado com a anuência da Administração.

5.3. Em caso de necessidade a Administração se reserva ao direito de solicitar horários para eventos e treinamentos no período noturno, e os períodos matutino e vespertino ficam reservados à Secretaria de Educação e Esportes.

5.4. O vencedor deverá providenciar as devidas licenças e alvarás junto as policias civil, militar e bombeiros, além do alvará sanitário e alvará de funcionamento expedidos pela Prefeitura Municipal.

TIAGO SCHUTZ  
Secretário Municipal de Esportes

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2019**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2019**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
**(DENTRO DO ENVELOPE Nº.02)**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº.**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.**

Licitante: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Tel Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Tel: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Celular:(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_  
DATA DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_  
EFICÁCIA DA PROPOSTA: \_\_\_\_ Dias.  
NOME DO REPRESENTANTE \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**OBJETO: “CESSÃO DE DIREITO DE USO ONEROSA PARA A UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DAS DEPENDÊNCIAS IDENTIFICADAS COMO BAR, LANCHONETE E QUADRA ESPORTIVA, ALOCADAS NO GINÁSIO DE ESPORTES LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL S/N, LOCALIDADE DE MATO FRANCÊS, NESTA CIDADE DE RANCHO QUEIMADO/SC, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL 1745/2019”.**

**VALOR MENSAL DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO: R\$ \_\_\_\_\_**  
**(\_\_\_\_\_)**

Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**  
**Nome e CPF**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2019**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2019**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº.**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.**

**D E C L A R A Ç Ã O**

A empresa, abaixo assinada, por seu representante legal, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 e alterações posteriores, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

Sim ( ) Quantos ( ) Não ( ).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)  
(Assinatura e carimbo do CNPJ)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2019**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2019**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº.**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que observa o artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado – SC e que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos da Prefeitura Municipal de Rancho Queimado ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, e igualmente por adoção, de agentes políticos, auxiliares diretos do Prefeito e servidores municipais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa  
Nome e CPF

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º. 67/2019**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º. 01/2019**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º.**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º.**

.....(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o n.º (MATRIZ)  
....., por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a).....  
portador(a) da Carteira de Identidade - RG n.º..... e do CPF  
n.º.....DECLARA, sob as penas da lei, que é idônea para licitar ou contratar com a  
Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e Distrital, e que não sofre a penalidade de  
suspensão que a impeça de licitar e de contratar com a Administração Pública em geral, assim como  
assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Em .....de.....de 20....

.....  
(assinatura do representante legal)



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2019**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2019**

**ANEXO VI**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº.**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.**

Empresa:  
Telefone:  
E-mail:

Indicamos o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_ como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar ou assinar documentos (habilitação e proposta), manifestar, dar lances, prestar todos os esclarecimentos de nossa proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)  
(Assinatura e carimbo do CNPJ)

- \* deverá ser apresentado fora do envelope de habilitação.
- \* anexar cópia do RG e CPF do Credenciado e do Contrato Social.
- \* deverá ter reconhecida em cartório a assinatura do representante legal.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2019**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2019**

**ANEXO VII**

**MINUTA DE CONTRATO**

O MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO -SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 82.892.357/0001-96, sediada na Praça Leonardo Sell, 40, Centro, neste representado por sua Prefeita Municipal CLECI APARECIDA VERONEZI, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e \*\*\*\*\*, Inscrita no CNPJ/MF sob n.º \*\*\*\*\*, com Inscrição Estadual sob n.º \*\*\*\*\*, com sede na \*\*\*\*\*, n.º, Bairro \*\*\*\*\*, na cidade de \*\*\*\*\*, CEP: \*\*\*\*\*, neste ato representada por seu \*\*\*\*\*, Sr. \*\*\*\*\*, denominado CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, de acordo com as cláusulas que seguem:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

“CESSÃO DE DIREITO DE USO ONEROSA PARA A UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DAS DEPENDÊNCIAS IDENTIFICADAS COMO BAR, LANCHONETE E QUADRA ESPORTIVA, ALOCADAS NO GINÁSIO DE ESPORTES LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL S/N, LOCALIDADE DE MATO FRANCÊS, NESTA CIDADE DE RANCHO QUEIMADO/SC, de acordo com a Lei Municipal 1745/2019”.

**CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

O contratado pagará o valor mensal de R\$ ..... (.....), pela cessão em voga, sendo este valor corrigido de acordo com o previsto no Edital. (IGPM)

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O prazo de cessão inicia-se com a assinatura do presente, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- 4.1 – cumprir e fazer cumprir os regulamentos de utilização e manutenção do objeto contratual;
- 4.2 – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso às instalações do objeto licitado, em qualquer época, mediante identificação;
- 4.3 – usar o espaço, exclusivamente para o fim a que se destina;
- 4.4 – vencido o prazo, ou rescindido o contrato, desocupar o espaço concedido, sem interpelação ou notificação, judicial ou administrativa;
- 4.5 – manter, conservar e desenvolver a manutenção;
- 4.6 – providenciar o pagamento da mensalidade até o dia 10 (dez) de cada mês, subsequente ao vencimento.

**CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Incumbe ao Município:

- 5.1 – regulamentar o uso do bem concedido;

- 5.2 – extinguir a concessão, nos casos previstos em Lei e na forma deste contrato;
- 5.3 – cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares de uso do bar e as cláusulas contratuais da concessão.
- 5.4 – zelar pelo uso correto do bem, receber, apurar e solucionar eventuais reclamações.

#### CLAUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- 6.1 – o irregular e o não cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;
- 6.2 – o desatendimento das determinações regulamentares e de fiscalização;
- 6.3 – a falência ou a insolvência civil, do concessionário;
- 6.4 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Administração Municipal e exarados em processo administrativo;
- 6.5 – a concorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

Parágrafo primeiro – A rescisão contratual pelo município será formalmente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo – Ocorrendo a rescisão, deverá o Contratado desocupar as dependências alocadas no Ginásio no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, procedendo à devolução no mesmo estado e condições que recebeu, consoante Termo de Vistoria e Relatório Fotográfico realizada quando do início da concessão.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E PROPOSTA

Este contrato vincula as partes ao processo de Licitação nº ....., Concorrência nº.....

#### CLAUSULA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato. Por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma.

Rancho Queimado, em ..... de ..... de 2019.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2019**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2019**

**ANEXO VIII**

**TERMO DE VISTORIA**

CONCEDENTE:  
CONTRATADO(A):  
IMÓVEL: Ginásio Mato Francês

Pelo presente instrumento, CONCEDENTE e CONTRATADO(A) acima indicados declaram que nesta data vistoriaram o imóvel objeto da locação em epígrafe, tendo-o encontrado conforme descrito no RELATÓRIO DE VISTORIA anexo, devidamente rubricado pelas partes.

Finda ou rescindida a locação, o CONTRATADO(A) se obriga a restituir o imóvel no estado em que recebeu, observadas as condições ora verificadas.

Este TERMO DE VISTORIA é parte integrante do contrato firmado entre as partes supra mencionadas, e, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Vistoriado o imóvel acima descrito, foi constatado que o mesmo se encontra em bom estado de conservação, com todos os seus pertences, utensílios e acessórios em perfeito estado de funcionamento e conservação, sendo que dessa forma o CONTRATADO(A) se compromete a devolvê-lo, findo o prazo contratual, independente de vistoria final.

1) PINTURA: Todas as paredes internas e externas do imóvel se encontram com a pintura em XXXXX estado de conservação. As portas e janelas se encontram se encontram XXXX

2) TRINCOS e FECHADURAS: Estão em XXXXX estado de conservação e funcionamento.

3) PARTE HIDRÁULICA: Está em XXXX estado de conservação e funcionamento, XXXX entupimentos ou vazamentos.

4) PISOS E AZULEJOS: Os pisos e azulejos estão em XXX estado de conservação.

5) PARTE ELÉTRICA: A rede elétrica, incluindo tomadas e lâmpadas e ventiladores de teto e de parede, todos instaladas, se encontra em XXXX estado de conservação e funcionamento.

6) VIDRAÇAS: os vidros das janelas e basculantes XXXX

7) TELHADO: O teto do imóvel se encontra em XXX condições, XXX vazamentos ou goteiras.

---

CONCEDENTE:

---

CONTRATADO(A):